

Plantas medicinais dos sertões mineiros nas prescrições de três cirurgiões que medicaram nas Minas setecentista

Medicinal plants from the hinterlands of minas gerais in the prescriptions of three surgeons medictae in Minas Gerais in eighteenth century

Gislane dos Santos Gomes

Brachela e Licenciada em História pela UNESP, mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UNESP.

Resumo: O estudo aqui proposto trata de três manuais de medicina e cirurgia elaborados por cirurgiões que medicaram nas Minas Gerais Setecentista. O *Erário Mineral* (1735), *Relação Cirúrgica e medica* (1747) e *Governo de Mineiros* (1770), e que registraram informações sobre as doenças que afligiam os mineiros, especificando seus sintomas e os melhores tratamentos para a cura dos achaques. A falta anunciada de medicamentos bem com a má qualidade dos que chegavam as Minas, e as doenças novas surgidas nesses sertões, levaram esses cirurgiões a utilizarem-se de ingredientes da flora nativa para compor seus remédios. É, pois, sobre a exploração das plantas nativas nas prescrições desses manuais que o presente estudo pretende debruçar-se.

Palavras chaves: medicina; plantas; sertões; Minas Gerais; Século XVIII.

Abstract: The study proposed here deals with three manuals of medicine and surgery prepared by surgeons who medicated in eighteenth-century Minas Gerais. The *Erário Mineral* (1735), *Relação Cirúrgica e medica* (1747) and the *Governo de Mineiros* (1770), recorded information on diseases that afflicted the miners, specifying their symptoms and the best treatments for curing the ailments. The announced lack of medicines as well as the poor quality of those arrived a Minas, and the new diseases that arose in these hinterlands, led these surgeons to use ingredients from the native flora to compose their medicines. It is, therefore, about the exploration of native's plants in the prescriptions of these manuals that the present study intends to examine.

Keywords: medicine; plant; hinterlands; Minas Gerais; Eighteenth century.

O uso de plantas na medicina colonial

Esta erva costuma nascer em touças com muitos nós e muitos braços, metendo-se uns pelos outros, não muito alta; as folhas são compridinhas a moda da folha de oliveira, mas mais compridas; dá umas espigazinhas compridas com flor, uma casta dela branca e a outra a modo de vermelha; a sua semente voa com o vento, por cuja causa um pé produz muitos; em pouco tempo nasce e dá-se bem em terras úmidas e por perto de água; nestas Minas há grande

abundância dela, e, pela específica virtude que tem para doença chamada corrupção-do-bicho, todos a estimam muito, e porque ninguém pode estar sem ela, quem se muda para algum sítio novo a primeira coisa que leva para ele é alguns pés dela para plantar, porque a cada passo é necessária, principalmente para escravos. (FERREIRA, 2002, p. 638)

O excerto acima extraído do manual médico cirúrgico setecentista *Erário Mineral*, apresenta em pormenores a erva-de-bicho (*Polygonum sp.*), com propriedades terapêuticas vermífugas, anti-helmínticas, diuréticas e anti-inflamatórias. A dita erva era utilizada para tratar, entre outras doenças, a corrupção do bicho ou por outro nome Maculo, doença endêmica no Brasil durante o período colonial que acometia principalmente os escravos. Caracterizada pelo relaxamento do esfíncter anal externo, acompanhado de diarreia, dores no corpo, febre e dores de cabeça. Para tratar a corrupção, o cirurgião Luís Gomes Ferreira autor do citado manual, recomendava o cozimento daquela tão comum comezinha erva brasileira, do qual deveria ser extraído o sumo e misturado com “umas pedras de sal, sem mais coisa alguma, morna se aplica as vezes necessárias, com seus banhos ao menos duas vezes cada dia, manhã e tarde” (FERREIRA, 2002, p. 637).

Era recorrente entre os diversos agentes de cura que buscavam atalhar os males que atingiam os corpos dos colonos brasílicos, o uso da flora nativa no preparo de suas mezinhas. Esse conhecimento terapêutico das ervas, frutos, flores e toda espécie de vegetais que forravam o solo brasileiro, como demonstrou Sérgio Buarque de Holanda (1994 p. 90), fora apropriado, ressignificado e transmitido, de formas diversas, pela interação entre indígenas, bandeirantes, jesuítas e por diversos agentes de cura que atuavam na colônia brasileira, sendo eles oficiais ou não, por homens e mulheres escravizados, pela adaptação das técnicas europeias de tratamento às condições dos trópicos, enfim, por uma série de pessoas, de formas igualmente plurais.

Os irmãos da Companhia de Jesus foram os precursores no aproveitamento do conhecimento ameríndio sobre a flora, bem como no papel de curadores na colônia. Foi a partir da observação dos indígenas que os inacianos aprenderam a usar os recursos da terra, que podiam ser utilizados tanto para medicamentos como para alimentos, “tornando as plantas medicinais brasileiras famosas em todo o mundo” (EDLER, 2013, p. 98). Vários registros como cartas, crônicas, coleções de receitas médicas, foram deixados pelos inacianos demonstrando e exaltando às potencialidades curativas da fauna e da flora brasílica. Como relata o padre jesuíta Simão de Vasconcelos em sua *Crônica da Companhia de Jesus*:

Enfeita a terra, alegre a vista, recreia o cheiro, sustenta o gado, cura os homens, engrandece os edifícios, farta os famintos, enriquece os pobres [...]. Os mais gêneros são de ervas maiores, todas floridas, todas cheirosas, todas boas para infinitos remédios dos homens. (VASCONCELOS, 1977, p. 146)

Os jesuítas, portanto, foram um dos principais responsáveis pela difusão do conhecimento terapêutico da fauna brasileira, nas boticas de seus colégios foram desenvolvidas diversas receitas médicas utilizando-se de plantas nativas, bem como espécimes advindas de outros continentes. Dentre as fórmulas desenvolvidas nas boticas jesuíticas, destacamos a *triaga brasílica* antídoto composto inventado pelos padres do Colégio da Bahia, que apresentava uma grande

quantidade de s mplices nativos da América portuguesa cujas propriedades haviam sido estudadas pelos inacianos a partir da observa o direta da natureza e pelas informa es que eles puderam obter com as popula es indígenas. A triaga curava uma infinidade de doenças como: v mitos, cólicas, flatos e pontadas, epilepsia, melancolia, febres malignas, acidentes uterinos, e funcionava também como antídoto contra mordeduras de cobras e animais peçonhentos. (MARQUES, 1999, p. 245) A famosa receita veio a público pela pena de Serafim Leite em sua *História da Companhia de Jesus no Brasil*, retirada da famosa farmacopeia jesuíta nomeada *Collec o de Vharias Receitas e Segredos Particulares das Principais Boticas da Nossa Companhia de Portugal, da India, de Macau e do Brasil*. Entre os ingredientes tem-se: raiz de abutua, raiz de mil homens, raiz de jaborandi, raiz de ipecacuanha, cravo do Maranhão, cascas de angélicas do Brasil, Bálsamo do Brasil. (TEIXEIRA, 2011, pp. 94-96)

Apesar de serem percussores no uso da flora brasileira para a medicina, os jesuítas não foram os únicos que se aproveitaram e aprenderam com os nativos da terra a usar a natureza a seu favor. Além deles, outros agentes de cura oficiais ou não, associaram e intercambiaram conhecimentos na formula o de medicamentos e terapias mais acertadas para os tratamentos dos achaques que acometiam os colonos. Entre os agentes de cura licenciados para praticar medicina no território luso-brasileiro temos os médicos e cirurgi es¹, na qual a distin o social entre esses indivíduos assentava-se em grande medida na forma o que recebiam e na letra da lei² que estabelecia os limites de atua o de cada profissão. No topo da hierarquia vinham os médicos, que pautavam sua ciência no estudo dos cânones da medicina e pouca observa o prática, eram responsáveis pelos exames, diagnósticos e indica o de tratamentos para os doentes. Já os cirurgiões, por sua vez, eram responsáveis por executar na prática a prescri o indicada pelo

1. Embora boticários, barbeiros, sangradores e parteiras também precisassem e adquirissem carta de licença para exercer suas artes, designaremos aqui como agentes de medicina licenciados apenas os médicos e cirurgiões, visto que esses eram os únicos a realizarem sua forma o em uma institui o de ensino, o primeiro em uma Faculdade de Medicina, o segundo em um Hospital Escola, sujeitando-se a um exame final que o demonstrassem apto a exercer a profissão, antes da solicita o de carta de licença junto a Fisicatura-mor. Em concordância com a defini o de Bluteau: "Licenciado: o que nas Universidades se d  aprovado nos Exames de Conclusões Magnas, e Exame privado. O sujeito que tem esse grau". Verbete Licenciado. In: BLUTEAU, Raphael. *Dicionario da Lingua portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e acrescentado por Antonio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo. L-Z. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, p. 22.

2. A obriga o de fiscalizar as práticas médicas no Reino e nas col nias além-mar, era dividida entre o Físico mor e o Cirurgião mor, ambos contavam com auxílio de comissários e juízes para inspecionar as práticas médicas. No que tange ao território luso na América a tarefa de zelar pela aplica o das regras coube aos comissários delegados, submetidos as ordens do Físico e do Cirurgião mores do Reino como previsto na *Provisão, pela qual o Cirurgião mor pode cometer aos Médicos de outras Províncias tirar devassas dos casos conteúdos em seu Regimento, e fazer exames*, promulgada por Dom João V no ano de 1740. A provisão estabeleceu que os Comissários do Cirurgião mor – que deveria ser médico – tirar devassas contra todas as pessoas, que praticavam Cirurgia, ou fazem sem licença, enquanto os Comissários do Físico mor ficaram responsáveis pelo inquérito contra cirurgiões que praticavam medicina e administravam remédios internos, e de boticários que recebiam e fabricavam medicamentos para pessoas não examinadas. As devassas deveriam ser remetidas as instâncias supremas – Físico e Cirurgião mores, e as puni es seriam sentenciadas pelo Corregedor do Crime da Corte, conforme determinasse os respectivos Regimentos. E, em 1744, publicou-se *Regimento do que devem observar os Comissários Delegados do Físico mor do Reino no Estado do Brasil*, a fim de fiscalizar e regular, com mais afinco os praticantes da arte médica nos trópicos. *SYSTEMA OU COLEC O DOS REGIMENTOS REAES. CONT M OS REGIMENTOS PERTECENTES   Fazenda Real, Justiça, e Militares. Agora novamente reimpressos, e acrescentados com todas as Leis, Alvarás, Decretos, e Avisos, que ampliarão, limitarão, declararão, recommendar o, e derogar o os mesmo Regimentos nas partes, ou se abolir o: e também se lhe ajunt o outros mais, que faltav o até o presente*. Tomo VI. Lisboa: Oficina Patriarcal Francisco Luiz Ameno, 1791, pp. 346-347 e p. 350.

douto, cabendo a eles a aplicação de ventosas, a execução de cirurgias, cura de feridas e de fraturas, sendo-lhe vedadas a aplicação de remédios internos. Em outras palavras, o médico teria sua profissão ligada as artes liberais, enquanto o cirurgião enquadrava-se na categoria de oficial mecânico, dado que sua formação se limitava ao aprendizado prático e poucas lições teóricas realizado em um Hospital Escola acompanhando de um mestre.

Aqui, nos ateremos à atuação daqueles que, como o indicado Luís Gomes Ferreira, tinham na cirurgia a sua formação. E, que a partir de suas experiências nos trópicos, em especial na Capitania de Minas Gerais, elaboraram manuais a fim de instruir os colonos a tratar de suas doenças e das doenças de seus escravos – uma prerrogativa, aliás, que não era própria de sua profissão, e que fizeram uso de ingredientes extraídos da natureza para elaborar seus tratamentos. É sobre a trajetória desses cirurgiões e o uso da flora nativa dos sertões mineiros no preparo de suas mezinhas, pílulas, emplastos e beberagens para cura e tratamento dos moradores das terras dos minerais preciosos, que esse breve estudo debruçará.

Cirurgiões entre a pena e o bisturi

Antes de tratar diretamente dos vegetais e dos preparos nos quais esses eram utilizados, e das doenças por eles remediadas, vale dizer algumas palavras sobre os manuais médicos cirúrgicos e a trajetória desses cirurgiões que deixaram registrados nas páginas de seus livros suas vivências como agentes de cura oficial nas Minas setecentistas, na qual obraram: observando, prescrevendo remédios e curando os diversos males que afligiam os moradores daquelas paragens.

Ao contrário do que ocorreu em outros territórios da colônia, os habitantes da porção territorial portuguesa na América recém descoberta e que posteriormente recebeu a alcunha de Minas Gerais, não puderam contar com a assistência das ordens religiosas para socorrer seus corpos enfermos, dentre as quais destacou-se a já a mencionada Companhia de Jesus³ com suas enfermarias e boticas, visto que essas estavam proibidas de instalar-se em sua extensão. Dessarte, coube aos “pouquíssimos médicos existentes e principalmente dos cirurgiões, um pouco menos escassos” (FILGUEIRAS, 2012, p. 21), juntamente com os práticos⁴, o auxílio aos moradores dos sertões mineiros que desenvolviam e disseminavam um número significativo de achaques. Tornando-se, assim, um local privilegiado de observação das enfermidades, contribuindo ainda para que uma série de saberes sobre as doenças e práticas relacionadas à cura fossem levadas a

3. Além dos jesuítas outras ordens religiosas se estabeleceram no Brasil colonial entre elas: beneditinos, carmelitas, franciscanos, capuchinos franceses e italianos e oratorianos, desenvolvendo diversas ações missionárias como o trabalho caritativo, em especial o tratamento aos doentes. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Administração, economia e sociedade*. T. I, v. 2, 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

4. Denominamos aqui como práticos os indivíduos que exercem os ofícios mecânicos relacionados com a prática da medicina e que tem seu aprendizado pautado na relação mestre/aprendiz com lições apenas práticas, e que recebem autorização da coroa para exercer seu ofício, seguindo regimento próprio, são eles: os boticários, as cristaleiras, os sangradores e as parteiras. Cf. Regimentos de ofícios de saúde no Livro dos Regimentos dos oficiais mecânicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa. *Caderno do Arquivo Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal, 2ª série, nº 11, janeiro – junho de 2019, pp. 145-148. Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/cadernos-do-arquivo-municipal/2-serie/numero-11/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

cabo: o conhecimento medicinal das plantas por parte dos índios, os rituais de cura dos nativos e de africanos e seus descendentes e o saber médico oficial se entrelaçavam, dando contornos nem sempre bem definidos, que mesclavam conhecimento livresco, o empirismo e a religião⁵.

A despeito da diferenciação entre médicos e cirurgiões fazer-se bem demarcada na sociedade portuguesa, que se manifestava, sobretudo, nas legislações e nas instituições regulatórias que fiscalizavam a “atuação profissional e sanitária dos diversos agentes de assistência aos enfermos, na metrópole e nas colônias” (VIOTTI, 2020, p. 187). Ao ser transposta para a colônia na América, como aponta Márcia Moisés Ribeiro (2005, p. 66), as condições impostas pela escassa presença de médicos e o grande número de corpos doentes necessitados de socorro, provoca uma flexibilização da hierarquia socioprofissional existente no reino, tornando as diferenças hierárquicas mais tênues.

É o que se vê ao percorrermos a trajetória social de cirurgiões que se dedicaram a perceber e tratar os males do corpo, deixando registradas suas experiências em verdadeiros manuais de medicina nomeadamente *Erário Mineral* (1735), *Relação Cirúrgica e medica [...]* (1747), *Governo de Mineiros [...]* (1770). Os manuais foram elaborados por cirurgiões lusos que, atraídos para região da Capitania de Minas Gerais por interesses diversos, viram na escassez de profissionais habilitados uma oportunidade de aumentar seus ganhos a partir do socorro aos mineiros que sofriam com os mais diversos achaques, forjando assim uma maneira particular de pensar, descrever e tratar os males que afligiam os moradores dos sertões mineiros. Estes manuais, fazem parte de um leque de obras respectivos à literatura médica publicada em Portugal no decorrer do Setecentos que se apresentava sob múltiplas formas: tratados de matéria médica, manuais de medicina doméstica, memórias, tratados de anatomia, tratados de cirurgia, dentre outros. Foi nesse contexto “propício à publicação de obras que traziam observações médicas obtidas a partir da experiência colonial, mesclando conhecimentos eruditos e empíricos sobre as doenças e as práticas de cura” (ABREU, 2013, p. 22), que os cirurgiões tornaram público a partir da prensa de seus manuais médicos cirúrgicos suas experiências nas zonas auríferas, apresentando doenças e tratamentos próprios para aquela região da colônia portuguesa, a fim de auxiliar a todos que viriam a clinicar naquele território.

O primeiro a compartilhar por escrito suas experiências foi Luís Gomes Ferreira, que já no prólogo de seu *Erário Mineral*, publicado em 1735, pronuncia a falta de socorro aos enfermos: que eram em “tão remotas partes, que hoje estão povoadas nestas Minas, aonde não chegam médicos, nem ainda cirurgiões que professem cirurgia, por cuja causa padecem os povos grandes necessidades” (FERREIRA, 2002, p. 184). As poucas informações biográficas sobre o cirurgião são recolhidas das alusões inscritas em seu livro, como a descrição de si mesmo dada no frontispício de sua obra. Natural da Vila de São Pedro de Rates, na província portuguesa do Douro, ao Norte de Portugal, ao longo do manual, Ferreira faz referências a sua formação de cirurgião-

5. Sobre a confluência dos saberes médicos que constituíram a medicina colonial ver: NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018; NOGUEIRA, André Luís Lima. “Saberes terapêuticos nas Minas coloniais: diálogos entre a medicina oficial e as curas não licenciadas (séc. XVIII).” *História Unisinos*, vol. 18, nº1, janeiro/abril de 2014, p. 15-26; RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência nos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997 e SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

-barbeiro no Hospital Real de Todos os Santos em Lisboa. Sua primeira estadia no Brasil deu-se no ano de 1707, desembarcando na Bahia, onde permaneceu por um curto espaço de tempo, retornando a sua terra natal ainda naquele ano. No ano seguinte, o licenciado retorna a Bahia, dessa vez atraído pelas recém descobertas das Minas de ouro, como muitos de seus conterrâneos, onde estabeleceu-se definitivamente em 1710, onde permaneceu até retornar à sua terra natal no ano de 1731. (FURTADO, 2002, p. 8-9)

Ferreira dividiu seu manual em doze tratados, nos quais contextualiza a doença, indicado as causas, os sintomas, para depois prescrever o tratamento, ensinando como desenvolver o medicamento. Em geral, o autor parte da experiência levada a cabo por ele, para validar a eficácia de seu tratamento. Ao exercer sua profissão e outras esferas do trato com a saúde – como atividades que deveriam ser exercidas por médicos e boticários – nos sertões mineiros, Ferreira deparou-se com algumas dificuldades, como enfermidades que assolavam apenas (ou de maneira especial) os moradores das regiões auríferas, entre as doenças mais comuns têm-se: doenças venéreas, verminoses, oftalmias, obstruções, fraturas e deslocamentos. Ademais, a dificuldade de encontrar boticas nos anos iniciais em que atendeu nas Minas (FERREIRA, 2002, p. 471) problema sanado nos anos seguintes⁶, e as “diminutas” virtudes dos medicamentos que chegavam de Portugal devido ao tempo de traslado, acrescido do período que ficavam armazenados nas boticas mineiras (FERREIRA, 2002, p. 287). Doenças novas exigiam novas curas, e foi observando as práticas de cura dos paulistas – que eram “vistos e experimentados em raízes, ervas, plantas, árvores e frutos, por andarem pelos sertões anos e anos, não curando de suas enfermidades senão com tais coisas” (FERREIRA, 2002, p. 677) –, que Gomes Ferreira desenvolveu muitas das receitas com ingredientes da flora e da fauna nativa fáceis de serem cultivados e encontrados na natureza.

O licenciado João Cardoso de Miranda parece ter trilhado percurso semelhante ao de Ferreira, nascido na freguesia de São Martinho de Cambres, junto à cidade de Lamego, formou-se nas artes cirúrgicas, migrando para o Brasil, por volta de 1726, medicou na Bahia de Todos os Santos e em Minas Gerais. (FURTADO, 2005, p. 99) Foi ao clinicar na Bahia que Miranda desenvolveu uma terapia específica para tratar o escorbuto, até então conhecido como Mal de Luanda. Feliz com seu sucesso e confiante da eficácia do sobredito remédio (MIRANDA, 1741, p. s/n), o cirurgião buscou tornar pública sua descoberta, a partir de uma carta enviada no ano de 1731 ao Físico mor doutor Manuel da Costa Pereira. Miranda, porém, não obteve sucesso. Como o próprio relata em seu manual: “[...] pelo dito Físico mor nenhum caso fazer dela: cuja a razão não é fácil compreender; porque, se lhe pareceu, que coisa, que se dava tão de graça, não podia valer muito [...]” (MIRANDA, 1741, p. s/n). Malograda a primeira tentativa de publicação, Miranda obtém em 1741 as licenças necessárias para publicação de seu manual intitulado *Relação cirúrgica, e medica, na qual se trata, e declara um novo methodo para curar a infecção es-corbútica, ou mal de Luanda, e todos os seus produtos, fazendo para isso manifestos dos específicos,*

6. A dificuldade de encontrar boticas nas Minas foram sanadas ainda enquanto Ferreira residia nos territórios auríferos, visto que esse indica alguns preparos e remédios que podem ser comprados em boticas. Tal informação é comprovada pelo estudo de Ramon Grossi sobre os aspectos das profissões médicas nas Minas, que aponta um considerável aumento no número de boticas no território mineiro ao logo do Setecentos. Cf. GROSSI, Ramon Fernandes. Dos Físicos aos Barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas Setecentistas. *História & Perspectivas*, Uberlândia, v. 1, n. 29 e 30, p. 255-282, jul. /dez. 2003 e jan. /jun. 2004.

e mui particulares remédio, a contribuição dada pelo cirurgião a partir de sua obra é elucidada nos pareceres das licenças estampadas em seu livro, como a apreciação do Frei Timotheo da Conceição, qualificador do Santo Ofício que destaca os benefícios do manual:

[...] é uma das melhores obras da Cirurgia, e Medicina, em que seu Autor mostra o agigantado do seu talento na composição, e aplicação dos seus remédios, [...] e o autor não pode pessoalmente curar a todos, me parece justo, que o livro se imprima para chegarem os remédios, aonde não pode chegar o Autor; pois não tem coisa alguma contra nossa Santa Fé, e bons costumes, e é digno de se immortalizar no prelo. (MIRANDA, 1741, p. s/n)

Embora apresente um número menor de doenças comparadas ao *Erário Mineral*, o livro de Miranda ao longo de seus dezesseis capítulos também nos apresenta uma série de doenças com suas definições, causas e sintomas, bem como as receitas para feitura do medicamento. Entre as doenças por ele citadas e tratadas têm-se a erisipela, oftalmias, sarampo, febres, entre outras. Não obstante, o extenso trecho no qual dedica-se ao escorbuto ou mal de Luanda – o mote, afinal de seu empreendimento –, expõe seu tratamento, suas definições, suas causas e seus sintomas, e as fórmulas para a feitura de seus remédios, além das recomendações detalhadas das dietas alimentares que os convalescentes deveriam observar.

Completando o quadro dos três manuais médicos advindos da pena dos cirurgiões, temos a obra do cirurgião e anatômico aprovado José Antônio Mendes, que imprimiu em 1770 seu manual medico cirúrgico *Governo de Mineiros mui necessário para os que vivem distantes de professores seis, oito dez, e mais legoas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortais*. Nascido em São Vicente do Chão, Arcebispado de Braga, tal qual Ferreira, realizou sua formação prática em Lisboa, no famoso Hospital Real de Todos os Santos, recebendo carta de licença para praticar cirurgia no ano de 1739 (RIBEIRO, 2005, p. 67). Não se sabe ao certo a data de sua chegada nos trópicos, mas é provável que fizesse parte das levas de portugueses que deixaram seus lares na metrópole atraídos pelas descobertas auríferas na América. Mendes, residiu na colônia brasileira por mais de trinta anos, inicialmente na Bahia e depois em Minas Gerais, onde passou parte de sua vida “trabalhando nos Hospitais do Contrato Diamantino e no Hospital do Regimento dos Dragões da capitania das Minas, também localizado no Serro do Frio” (RIBEIRO, 2005, p. 67). Ainda na colônia, o cirurgião recebeu o posto de *comissário geral do Cirurgião-mor do reino em toda a América*, cargo de grande responsabilidade e muito prestígio para que ocupava, visto que, o Comissário era o representante do Cirurgião mor nos domínios colônias, sendo sua incumbência: examinar, fiscalizar os cirurgiões-barbeiros, barbeiros e sangradores.

Tal qual os manuais anteriores, vários assuntos presentes no *Governos dos mineiros [...]* adentravam a seara que pertencia aos médicos, como a discussão acerca das moléstias internas, narradas por ele em seu livro:

[...] assim se faz preciso fazer esta pequena obra, na qual limitarei, para as queixas que tratar, as qualidades e formas dos remédios, e ensinarei suas disposições e composições, depois de apontar as queixas, para que servem, e a ocasião

oportuna, em que se devem aplicar: e por isso me não demorarei em explicar as causas, mas só sim levemente tocarei os sinais, para estes as conhecerem: e todo o meu desvelo será ensinar-lhes o modo de as curar, determinando-lhes o remédio mais vigoroso, e o modo de o comporem: que, ainda lhe falte a doutrina farmacêutica, suprirá a esta a curiosidade, e necessidade, e também a fresquidão da manufatura do mesmo remédio. (MENDES, 2012, p. 68)

Elaborado, pois, a fim de socorrer os mineiros: “que vivem apartados de todo o uso e aplicação de remédios, e só os usam nas suas necessidades aos seus domésticos e escravos, que como naquelas paragens não há professores” (MENDES, 2012, p. 63). Isso posto, Mendes buscou elaborar seu manual de forma didática e simples, de modo que fosse compreendido por aqueles que possuíam pouca ou nenhum conhecimento da medicina. Constituído por dezesseis capítulos que exploram os sintomas das doenças, as formas de identificação, bem como quais os cuidados e os medicamentos para realizar o tratamento. Como fruto de suas experiências nas Minas, o cirurgião discorreu em seu manual sobre as doenças mais comuns aos mineiros, como: as respiratórias, dermatológicas, edemas, tumores, feridas, obstruções e outras mais.

Em linhas gerais, essas cirurgias valiam-se de uma medicina baseada nos fundamentos hipocráticos-galênicos, que se apoiava na teoria dos quatro humores (sangue, fleuma, bílis negra e bílis amarela), que correspondiam aos temperamentos sanguíneos, fleumáticos, coléricos e melancólicos, que por sua vez possuíam qualidades associadas aos elementos da natureza – ar (quente/úmido), água (frio/úmido), terra (fria/seco) –, a doença era, portanto, o excesso ou falta de algum desses humores.

Assim, a terapia quando indicada, visava auxiliar o corpo a restabelecer o equilíbrio perdido. A purga e a sangria estavam sempre presentes em suas terapias; a primeira mais que a segunda, visto que, essa em alguns casos era prejudicial ao paciente. A sangria era realizada a partir de uma incisão pela qual evacuava-se o sangue e com ele os humores danosos. Já a purga dava-se com a administração de medicamentos purgativos, com o objetivo de “expelir os viciosos humores” e “tirar as qualidades nocivas” (BLUTEAU, 1789, p. 831). Como indica Georgina dos Santos (2005, p. 45), a arte de expurgar os humores era realizada desde a Antiguidade embasada, sobretudo, na teoria humoral, fazia-se presente em boa parte dos tratamentos médicos portugueses, pois acreditava-se que ao realizar tais procedimentos os humores danosos seriam expulsos e o equilíbrio dos humores recuperados.

A experiência dos cirurgões transpostas para as páginas de seus manuais foram materiais de análise para diversos estudos sobre a história da saúde no Brasil colonial, pois dão pistas das condições sociais e profissionais dos licenciados na colônia, bem como sobre a saúde e a doença dos moradores das Minas, além das práticas terapêuticas por eles realizadas. Assim, vários são os estudos que se debruçam sobre eles, atrelados a outras fontes documentais, a fim de, entender a dinâmica da assistência médica daquela porção colonial portuguesa na América. Entre eles destacamos: Furtado (2002 e 2005), Wissenbach (2002), Ribeiro (2005), Abreu (2011, 2013), Nogueira (2016), Viotti (2017, 2020), estudos que exploram a partir das páginas dos ditos manuais diversos pontos da trajetória desses homens, das condições sociais na qual viviam os colonos, igualmente das doenças das quais eram acometidos, das terapêuticas usadas e desen-

volvidas pelos cirurgiões e o intercâmbio com as práticas de curas dos negros e dos indígenas, e os usos dos recursos naturais extraídos da fauna e da flora brasileira – faceta que trataremos a seguir.

Plantas que curam

Como dito, esses cirurgiões valeram-se de diversos ingredientes vegetais em seus tratamentos, ora descreviam com minúcias suas características, e onde encontrá-los, ora apenas referenciam a maneira com a qual e para qual doença deveria ser manipulado. Tendo isso em vista, buscaremos aqui apresentar algumas dessas plantas nativas que se faziam presente nas boticas desses cirurgiões. Para tanto, selecionamos espécimes endêmicas da região da então Capitania de Minas Gerais, e que estão presente em grande medida nos três manuais. Ressaltamos, porém, que há vários outros ingredientes extraídos da flora brasileira nas páginas dos ditos manuais, mas que não serão aqui elencados.

Iniciaremos pelas virtudes do jaborandi planta medicinal do Brasil, do gênero *Pilocarpus* pertencentes a família das Rutáceas, “especialmente boa para dores de dente” (FERREIRA, 2002, p. 789), eficácia comprovada a partir de várias experiências levadas a cabo pelo cirurgião Luís Gomes Ferreira, como a seguinte:

Outro para tirar dores de dentes, certo, experimentado muitas vezes e fácil nestas Minas

38. Uma raiz de jaborandi, que nestas Minas há grande abundância nos matos virgens e capoeiras de poucos anos; está se mastiga em cima do dente que doer e, em pouco espaço de tempo, se atormentará a dor e depois passará; é remédio para pretos cotidiano, de que os meus usam por conselho meu, sem usarem de outro, nem lhe ser necessário, salvo os que tiravam ao ferro por lhe repetirem as dores muitas vezes ou estarem podres. (FERREIRA, 2002, p. 328-329)

Além das virtudes antidôntico, Ferreira também explora outras propriedades do jaborandi como as estimulantes, antipiréticas e antirreumáticos. Algumas dessas propriedades são evidenciadas nas prescrições abaixo, extraídas das páginas do *Erário Mineral*, sendo que a primeira delas era aplicada no tratamento de cavalos acometidos por resfriamentos que esvaneciam a vida desses animais:

Outro, para quando algum cavalo ou outra qualquer besta não puder andar, por causa de resfriamentos nos peitos e espáduas

143. Arranquem bastante jaborandi, que nas Minas não falta, e, cortadas miudamente as folhas, paus e raízes, se meta tudo em tacho grande com umas poucas rachinhas de sassafrás verdadeiro, com três ou quatro mãos cheias de mentrastos e depois se encha o dito tacho de urina e se ponha a ferver até diminuir a terça parte; e deste cozimento se tirará o necessário para dar um banho nas partes queixosas com um pano molhado [...]. (FERREIRA, 2002, pp. 361-362)

O preparo a seguir fora desenvolvido por Ferreira para tratar de um escravo que sofria com

inchaços e dores nos tornozelos e pés, a mais de nove meses tendo experimentado diversos remédios sem muito sucesso, vejamos como se dá o uso do jaborandi nesse caso:

[...] lhe mandei fazer um cozimento para meter o pé por discurso de algum tempo, que lhe ficasse a junta dentro dele, estando bem quente, e que, depois, lhe pusesse panos molhados nele com baetas por cima e atadura, o qual foi o seguinte: um pedaço de pau de sassafrás feito em rachas miúdas, duas boas mãos cheias de folhas de pinhão e algumas raízes de jaborandi, se cozesse tudo muito bem, até diminuir a metade da água em que se cozesse [...]. (FERREIRA, 2002, p. 537)

Como podemos observar nos excertos extraídos do *Erário Mineral*, a presença do jaborandi nas matas dos sertões mineiros era assídua, assim sendo, suas propriedades terapêuticas são bem exploradas por seus moradores para socorrê-los dos achaques. Vale destacar também a recorrência de outra planta medicinal encontrada com facilidade nos territórios auríferos: o sassafrás.

O sassafrás é descrito no *Erário Mineral* como planta de “virtude incisiva, penetrante, aperitiva etc. É pau aromático, com alguma acrimônia e de cor amarelada, do tamanho de um pinheiro mediano, coberto de casca áspera e muito cheirosa” (FERREIRA, 2002, p. 800). Da família Laurácea, o sassafrás sofre algumas variações dependendo da região aonde for encontrado, no Brasil a incidência da planta é de Norte a Sul, porém a partir da descrição dada pelo cirurgião acreditamos que o sassafrás utilizado por ele é o da espécie *Ocotea odorífera* conhecida popularmente como pau sassafrás ou canela sassafrás, sendo essa espécie nativa do Sudeste e Sul do Brasil, podendo ser encontradas em regiões de Mata Atlântica e Cerrado, biomas que constituem o território de Minas Gerais (DATAPLAMT, 2020).

Entre as doenças nas quais o sassafrás era utilizado pelos cirurgiões têm-se a erisipela, inchaços de pernas e pés, paralisia, formigueiros, resfriamentos e outros tipos de males que acometiam os mineiros. Destacamos alguns usos do sassafrás nas prescrições dos manuais, na qual iniciaremos por um remédio inventado por Ferreira e experimentado nele mesmo para o tratamento de erisipela, doença caracterizada por inflamação na pele que provocava dores e inchaços na parte afetada:

46. Mandei trazer à minha presença uma mão cheia de folhas de tanchagem, outra de folhas de malvas e meia de rachinhas de sassafrás verdadeiro, e mandei cozer tudo em um tacho com quatro frascos de água comum, que fervesse até diminuir à metade, [...] e nesse dia tomei sete ou oito banhos, ao terceiro experimentei muita melhora nas dores, e o que estava em carne viva já tinha algum sinal de pele nova, secando e murchando, e no mesmo dia fiquei tão aliviado que dormi admiravelmente. (FERREIRA, 2002, pp. 331-332)

Concluído a narração de seu tratamento o autor destaca as virtudes secativas do sassafrás, na qual devido as suas propriedades “quentes e dessecante” (FERREIRA, 2002, p. 333), contribuiu para cauterização e cicatrização das úlceras e a cura da doença. Em outro relato de cura

realizado por ele, o autor do *Erário Mineral* apresenta um cozimento a base de raízes e cascas de paus entre elas o sassafrás, empregado no tratamento de um morador de Vila Rica, que após aplicação de unturas de mercúrio no tratamento de dores no corpo, perdeu as forças de suas pernas, que para se colocar de pé precisava da ajuda de muletas, e para andar “se foi arrastando tão somente para eu ver; os pés, os ia arrastando pelo chão sem os levantar quando os queria mover” (FERREIRA, 2002, p. 545). Após avaliar o paciente e perceber o estado miserável em que aplicação do mercúrio o deixou, Ferreira iniciou o tratamento utilizando-se de um cozimento a base de raízes de capeba, pau de sassafrás e raiz de butua, os quais deveria ser aplicado nas partes adormecidas com o auxílio de um pano molhado. Ao fim do relato o cirurgião aponta que após dois meses de tratamento o doente experimentou melhoras que “andava pela casa sem muletas, levantando os pés” (FERREIRA, 2002, p. 546). Nesse exemplo, podemos destacar duas virtudes terapêuticas do sassafrás: a depurativa, auxiliando na purificação do organismo eliminando o azougue, e as propriedades antirreumáticas que aliviaram as dores e devolveram os movimentos ao doente.

João Cardoso de Miranda, também se utiliza das propriedades diaforéticas do sassafrás para cura de paralisia, pois, segundo ele, são essas propriedades de muita utilidade nesses casos. Enquanto Ferreira indica aplicação local do cozimento de sassafrás, Miranda (1741, p. 144) recomenda a ingestão do medicamento elaborado: a partir da infusão em água de pau santo, sassafrás, salsaparrilha de Honduras, chá bom, flor de alecrim, que devem ser cozidas em cinzas quentes por um espaço de tempo de vinte quatro horas, e depois deve ser fervido até reduzir à metade e coado, devendo ser ingerido acompanhado de mel em um local resguardo do ar para que esse não impeça o suor. (MIRANDA, 1741, p. 144). Para encerrar o bloco que tratamos sobre a dita planta destacamos um remédio para resfriamentos queixa recorrente nas Minas, extraído do manual *Governo de Mineiros [...]*, autoria do cirurgião José Antônio Mendes:

Outro remédio mais forte.

Tomai raiz da China, contra erva, sassafrás, raspas de ponta de veado, de cada coisa uma mão-cheia; coza-se tudo em duas canadas de água, que mingue a terça parte: coe-se, e se ajunte coral vermelho em pó, e antimônio diaforético marcial, de cada uma duas oitavas e meia; adoçai com três onças de xarope de papoulas, e lançai-lhe quinze gotas de espírito de ferrugem; e esteja bem tapado o frasco.

Desde remédio mandareis dar ao enfermo manhã e tarde, e á noite ao recolher, e assim vá continuando até com efeito estar bom [...]. (MENDES, 2012, p. 127-128)

Nessa prescrição notamos o sassafrás sendo utilizado novamente para resfriamento, como já havia sido utilizado por Ferreira. Para esse tipo de tratamento podemos destacar as virtudes terapêuticas sudorífica, analgésica e aperitiva do sassafrás: a primeira contribui para redução da febre que pode manifestar-se em alguns casos de resfriamento; a analgésica contribui para aliviar as dores corporais; e por fim, a aperitiva age estimulando o doente a se alimentar e recuperar as forças. Como podemos observar nas prescrições realizadas pelos cirurgiões, as virtudes quentes e secas do sassafrás são de grandes préstimos para curar os mineiros de suas moléstias,

com destaque para aquelas que necessitavam das propriedades quente, secativas, depurativas e analgésica, ou seja, as que são provocadas por causas frias e úmidas.

Outra planta medicinal que tem suas virtudes exaltadas nos manuais devido suas propriedades antidisentérica e eméticas, é o cipó ipecacuanha da família Rubiácea, que está presente em diversos estados do Brasil, entre eles Minas Gerais. Conhecida também como poalha, a ipecacuanha receberá, em obras de médicos e naturalistas a partir do século XVII (CARNEIRO, 1994, p. 43), atenção especial por suas virtudes curativas plurais. Luís Gomes Ferreira em seu manual a descreve assim:

A raiz de cipó chamada pacacoanha, ou por outro nome poalha, nomes que lhe deram os gentios carijós e por eles descobertas, é uma raiz delgadinha e com muitos nós, enozelada e torta; são estas raízes o único e certo remédio para curar cursos de sangue ou sem ele, como eu tenho tantas vezes experimentado e se pode ver no tratado sétimo, e também é remédio contra venenos, feitas as raízes em pó e tomando dele uma oitava em vinho generoso, ou caldo-de-galinha, ou água quente. (FERREIRA, 2002, p. 678)

Nesse trecho destaca-se não apenas cuidado na descrição da parte da ipecacuanha que é utilizada no preparo do remédio que é a raiz, mas também a importância que Ferreira dá ao conhecimento indígena das plantas nativas. Nesse caso, a raiz é utilizada como emético no tratamento de pessoas envenenadas, a fim de que o veneno seja lançado por vômito. A poalha também aparece nos manuais sendo usada para o tratamento de diarreias com ou sem a presença de sangue, achaque que segundo o cirurgião José Antônio Mendes, atingiam sobretudo os negros, sendo a má alimentação a principal causa desses. Para tratar tal doença, o cirurgião indica um vomitório a base de “Cipó, que por outro nome se diz ipecacuanha, e em estas Minas poalha, em pó sutil, meia oitava, tártaro emético grãos dois, que é um vintém de peso: misture-se muito bem com quatro colheres de vinho, e duas de água à noite, e dê-se pela manhã.” (MENDES, 2012, p. 101) Tal era fama das propriedades curativas da ipecacuanha que além das matas, suas raízes eram encontradas nas boticas com facilidade, nas quais os boticários ensinavam como tomar o tal remédio (FERREIRA, 2002, pp. 631-632), na medida certa para cessar os cursos.

A copaíba é outro vegetal do qual Ferreira recorre para socorrer doentes com diarreias intensas, pois a planta brasileira curava as “pessoas que são doentes da alma, as dores da bexiga e as inveteradas do estômago” (FERREIRA, 2002, p. 781). Assim como a ipecacuanha, a copaíba era utilizada como confortativo para o estômago em casos de diarreias. A planta brasileira pertence à família das Fabaceae do gênero *Copaifera*, tendo entre as espécies nativas da região de Minas Gerais a *Copaifera Langsdori* Desf. e a *Copaifera coriácea* Mart. De seu tronco é retirada uma resina ou óleo com virtudes antigonorreica, antirreumática, e nos manuais encontramos a substância extraída da planta sendo usada ainda em rachaduras de calcanhares, chagas envelhecidas e no tratamento de diarreias como já citado. Observemos agora alguns casos em que o bálsamo de copaíba era utilizado:

Uma grande gema-de-ovo assim fria se pique com a ponta de uma tesoura, e pelo pique se lhe lancem três ou quatro pingas de óleo de capaúba, ou copaíba,

e tanto que se sumirem pelo buraquinho, se bebe em jejum assim inteira, e todos os dias se fará o mesmo, porque fará urinas e lançar a matéria alimpando o corpo, e sarará; este é experimentado por mim muitas vezes e muitas pessoas o têm sabido dos doentes a quem ensinei e os bons efeitos que faz [...]. (FERREIRA, 2002, p. 334)

O remédio descrito acima é criação de Luís Gomes Ferreira para cura de gonorreias ou por outro nome esquentamentos tendo a copaíba como seu principal ingrediente. O tratamento a seguir que também tem por componente o óleo de copaíba é uma prescrição do cirurgião Jose Antônio Mendes, para acidentes convulsivos e espasmódicos:

Se os acidentes convulsivos e espasmódicos forem muito fortes, enquanto fazeis as diligências ditas, não deixeis também de aplicar na parte pombinhos novos abertos vivos, e mandareis meter a parte em esterco de cavalo bem quente, ou em degoladoiros de boi, enquanto estiver bem quente, lhe aplicareis óleo de copaíba também bem quente; e estas coisas se devem aplicar muitas vezes, e sempre quentes; porque com a continuação delas sucede muitas vezes querer Deus que a queixa termine para bem; e assim ireis continuando. (MENDES, 2002, p. 799)

Apesar de nos causar estranheza hoje, o uso de ingredientes peculiares como pombinhos vivos ou excrementos e outras “substancias de origem animal e mineral de uso fantástico” (CARNEIRO, 1994, p. 70), eram recorrentes nas prescrições médicas portuguesas até o século XVIII. Mas voltemos aos ingredientes extraídos da flora do sertão mineiro, outra planta celebradíssima nos manuais aqui estudados é a salsaparrilha pelas suas virtudes antivenérea.

A salsaparrilha é uma trepadeira do gênero *Smilax*, as suas raízes que são empregadas na medicina, são “como pequenos ramos, ou fibras e pequenos canudos, da feição de uma pena de escrever, redondos, duros, rugosos e de cor parda escura, por fora, e branca, por dentro” (FERREIRA, 2002, p. 528-529). É a partir das suas raízes feitas em pó ou em lascas que os cirurgiões preparam xaropes e cozimentos, para tratar mal venéreos como a sífilis, ou doenças cutâneas como boubas; como o xarope de autoria de Luís Gomes Ferreira, desenvolvido a partir de infusão de salsaparrilha em água por mais de vinte quatro horas, misturada e cozida com sene, que deverá se preparado em um tacho, depois coado, e, por fim, cozido novamente juntamente com açúcar até diminuir de volume, depois de coado mais uma vez se guardará para uso. Nas palavras do cirurgião este xarope é um “celebrado remédio que ajustei nestas Minas, com que tenho feito curas milagrosas” (FERREIRA, 2002, p. 529).

Já João Cardoso de Miranda (1741, p. 189) por sua vez utiliza-se da salsaparrilha em pó em seu preparo para tratar os tumores, dores, coagulações, e outros vários sintomas, provocados pelo bubão gálico, remédio que segundo o autor é tão virtuoso que dispensa o uso de mercúrio – principal fármaco utilizado na terapêutica de doenças venéreas, vejamos a seguir a receita do valioso remédio:

Recepe, Salsaparrilha, e batata, ou jalapa preparada; cada duas onças: farinha de arroz, e carimã, cada três onças, sene, cremor tártaro preparado, cada meia onça: misture, e divida-se em papeis de três oitavas cada um. O qual se tomará uma, ou duas vezes ao dia, de manhã e à tarde, três horas depois de comer, dissolvido em cinco, ou seis onças de tizana de aveia simples de Madame Foquete, botando os pós na tizana, duas ou três horas antes de se tomar, ajuntando-lhe uma colher de açúcar, e mexendo algumas vezes. (MIRANDA, 1741, p. 189)

Enquanto Miranda, substitui o mercúrio pela salsaparrilha, Mendes por sua vez conjuga o uso de ambos para o preparo de uma “massa singular para boubas, e outras quaisquer chagas gálicas, que haja em qualquer parte do corpo humano” (MENDES, 2012, p. 117). A massa deve ser ingerida pelo enfermo depois de purgado e ou vomitado, na quantidade de “uma ou duas colheres cada manhã em jejum” (MENDES, 2012, p. 117). Em seu preparo Miranda utiliza-se também da batata de purga, ingrediente muito utilizado na medicina, a qual era presença recorrente nos manuais aqui explorados. Planta nativa do Brasil da Família Convolvuláceas, a batata de purga recebia também a alcunha de: jalapa em São Paulo, ipú ou batata de purga em Minas Gerais e purga de Amaro Leite em Goiás. A principal virtude da planta é sua raiz purgativa, “por causa da resina purgativa que contém” (CHERNOVIZ, 1890, p. 302). Como dito anteriormente, a prática de purgar e sangrar era comum entre esses cirurgiões, sendo a primeira mais recorrente entre as terapêuticas realizadas pelo cirurgião, tendo em vista que nem sempre a sangria era recomendada nas Minas, devido suas características climáticas. João Cardoso de Miranda ao discorrer sobre resfriamentos ressalta:

A sangria no resfriamento não tem lugar: isto se entende de cura regular; porém de cura coacta pode ser de muita utilidade, porque com ela se ventila o sangue, e promove sua circulação. A purga pode ser muitas vezes conveniente, e necessária, principalmente não se alcançado perfeita melhora com os remédios insinuados, e havendo sinais de cacochimia, se procure evacuar com os remedios seguintes.

Recepe. Jalapa, ou batata preparada duas oitavas: cremor tartato uma oitava; misture; e dissolvido em caldo de galinha ou água quente de ao doente. (MIRANDA, 1741, p. 202).

Além dos resfriamentos, as purgas eram recomendadas para o tratamento de obstruções, dores de gota, doenças venéreas, nas mais diversas chagas, de tumores e boubas. No remédio para o tratamento de resfriamentos, João Cardoso de Miranda indicava o uso de batata e de jalapa, sendo importante ressaltar aqui que a jalapa citada na receita é a raiz purgativa de origem mexicana que aparece com frequência nos livros, e que tem ação purgativa mais acentuada que a da batata de purga ou a jalapa paulista. O próximo preparo extraído do *Erário Mineral*, era recomendado para combater lombrigas que provocava pontadas:

Sendo que as dores de pescoço e ombros venham a resolverem-se em pontada, logo assim que o doente a sentir, ou seja, de manhã ou de tarde, se lhe dê uma purga de resina de batata de uma oitava de peso, sendo a pessoa robusta, e, não

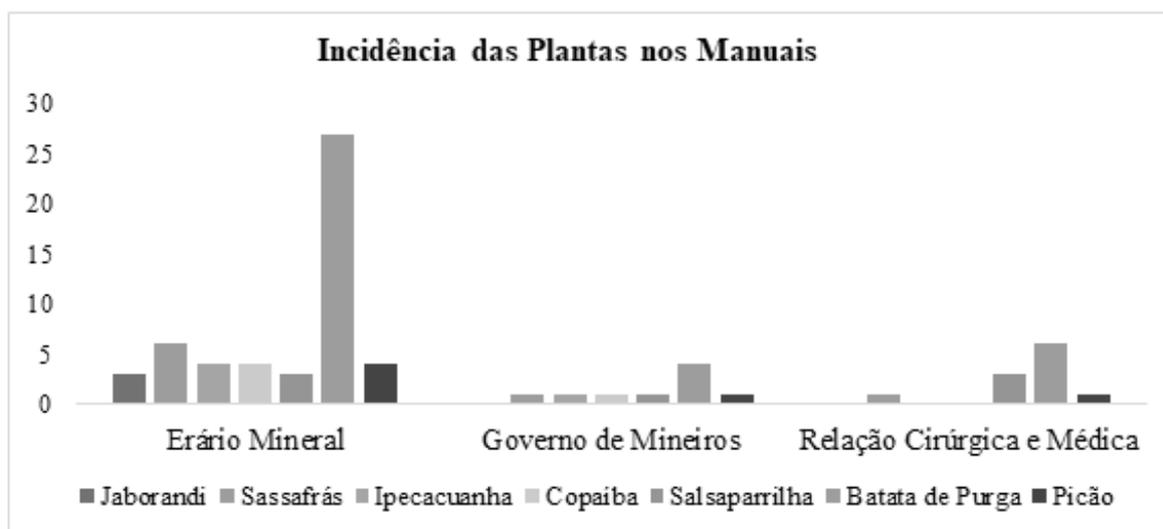
o sendo, será de menos, com cinco ou seis grãos de calomelanos turquescos ou de tártaro vitriolado, para respeitar as lombrigas, porque estas pontadas costumam ser das piores, e digo que se dê logo a purga e leve alexifármaco contra as lombrigas [...] é a resina maravilhoso remédio para pontada. (FERREIRA, 2002, p. 242)

As pontadas caracterizadas por enchimentos do estômago, e em alguns casos por lombrigas, era umas das enfermidades que atingiam muitos mineiros, levando a morte de muitos escravos. Para o autor do *Erário Mineral* a causa do achaque se dava devido ao clima das Minas que era diferente de todos os outros, os maus hábitos dos mineiros e suas condições de trabalho que passavam maior parte do dia dentro da água. Para além, de pontadas essas condições contri- buíam para o surgimento de obstruções sendo as mais comuns as do fígado, as do baço e as do mesentério (FERREIRA, 2002, p. 281). Entre as ervas usadas para a terapia do achaque tinha-se o picão ou por outro nome carrapicho, que é uma planta da Família Asteraceae, nativa da região Sul e Sudeste do Brasil, que se caracterizava por ter “pouca altura e tem na ponta dos botões de sua semente uma espiga, que, depois de secas, se pegam muito nas roupas de quem passa por junto dela” (FERREIRA, 2002, p. 286). Entre os preparos para socorrer os doentes que sofriam com as obstruções que tem o picão por ingrediente tem-se o unguento desopilativo seguinte:

Mas, porque não há algumas das ditas ervas nestas Minas, se tirarão os tais sumos de folhas de salsa fresca, de folhas de funcho e de folhas de picão, e tam- bém das tais raízes, que todas estas não faltam, de cada uma três onças; estes sumos, com uma libra de azeite e com quatro onças de banha de porco sem sal, sem mais coisa alguma, se porá tudo a ferver a fogo brando até gastar a umida- de do sumos, com fica dito; e depois se alimpará ou coará por pano ralo e forte, espremendo-o bem, e se guarde para o uso, o qual tenho feito muitas vezes e tem obrado nas obstruções admiravelmente, por cuja causa se deve fazer dele grande estimação e não pelo que tem de meu. (FERREIRA, 2002, p. 351)

O picão também era usado como digestivo nas Minas, auxiliando em outros tratamentos. Em seu manual *Governo de Mineiros [...]*, Jose Antônio Mendes faz referência ao celebrado di- gestivo de picão, como complemento ao tratamento de carbúnculo.

Pós, pílulas, emplastos, tisanas, xaropes, cozimentos, resina, óleos, muitas foram as formas que esses cirurgiões manipularam a flora mineira para as mais diversas doenças: de febres a doenças estomacais, de doenças venéreas a doenças que se manifestavam na pele, de dores de dente a dores nas articulações. Assim como as diversas doenças que se manifestavam nas Minas, as plantas que ali nasciam possuíam propriedades múltiplas, sendo utilizadas para vários trata- mentos, dessa forma, o gráfico seguinte sistematiza a recorrência dos vegetais aqui brevemente apresentados nos manuais médicos cirúrgicos elaborados pelos cirurgiões:



Partindo dos dados do gráfico é possível perceber a recorrência massiva de alguns ingredientes nos manuais⁷, a batata de purga principalmente, por ser utilizada como auxiliar em diversos tratamentos devido suas propriedades purgativas. Outras por sua vez, são vistas somente no *Erário Mineral*, como o jaborandi que por ser uma planta comum nos sertões mineiros, como elucida Ferreira, optamos por apresentá-la entre as plantas presente nos solos auríferos. Outra informação que o gráfico nos apresenta é que essas plantas eram utilizadas com mais de uma propriedade terapêutica, visto que aparecem em sua maioria em mais de um tipo de tratamento.

Cultivadas ou não as plantas dos sertões mineiros, foram de suma importância para os moradores das zonas auríferas, dado que, por viverem distantes do litoral, a qualidade dos medicamentos que chegavam até eles vinda em sua maioria da metrópole era comprometida devido logo caminho que percorriam e as condições em que eram transportados (FURTADO, 2005, pp. 100-101). Assim, a má qualidade dos medicamentos, e as doenças novas surgidas nas terras dos minerais e pedras preciosas, levaram os cirurgiões a incorporar nos seus tratamentos ingredientes extraídos da fauna e da flora local, como bem advertiu Luís Gomes Ferreira “ervas, raízes, coisas mineiras e de animais, que nas partes do Brasil e seus sertões, que não deixam de agradar aos leitores e servirem de muito préstimo à saúde pública” (FERREIRA, 2002, p. 266).

Considerações finais

A partir da observação do uso de apenas algumas espécies da flora nativa das Minas Gerais, percebe-se como os cirurgiões nomeadamente Luís Gomes Ferreira, João Cardoso de Miranda e José Antônio Mendes, ao clinicar nos sertões das Minas Gerais, souberam mesclar seus conhecimentos teóricos comuns, baseados sobretudo nos fundamentos hipocrático-galênico e nos autores clássicos da medicina portuguesa como Amato Lusitano, Zacuto Lusitano, Duarte Madeira Arrais, João Lopes Correia e ao doutíssimo João Curvo Semedo, autor de diversos tratados médicos citados nos manuais e que teve “influência decisiva sobre o *Erário*” (WISSENBA-

7. Ressaltamos que os manuais apresentam um número de páginas distintas, sendo o *Erário Mineral* o maior deles contendo mais de 500 páginas, o *Relação Cirúrgica e Médica* possui cerca de 300 laudas, e o *Governo de Mineiros* em torno de 90 páginas. Por isso, algumas plantas aparecem em maior número no *Erário Mineral*.

CH, 2002, p. 128), a partir de suas inúmeras obras: *Poliantéia medicinal*, de 1695, *Observações médicas e doutrinárias de cem casos gravíssimos*, de 1707, e *Atalaia da vida contra a hostilidade da morte*, de 1720. Ao conhecimento empírico adquirido com a prática ao assistir os mineiros em seus achaques, e ao conhecimento popular advindo da observação e convívio entre os indígenas e africanos. Em outras palavras, “o saber oriundo do reino português atrelou-se à cultura indígena e africana ao sabor das circunstâncias oferecidas pela terra conquistada, originando um complexo tipicamente colonial” (RIBEIRO, 1997, p. 23). Para tratar tantas enfermidades – como diarreias, feridas, carbúnculos, erisipela, paralisias, gonorreias, sezões, entre outras – os cirurgiões valiam-se de inúmeras estratégias. A primeira delas era a observação para identificação dos sintomas visíveis ou suspeitados, – como no caso seguinte experimentado por Miranda:

[...] procurei com toda individuação inteiramente os sintomas, que o doente padecia, e também ver o lugar da ferida, que achei com uma cicatriz falsa, que pondo lhe os dedos em cima, se percebia grande inundação, e por estes, e mais sinais assentei estar a cavidade do peito cheia de sangue extravasado, e ser a causa de todos os sintomas [...]. (MIRANDA, 1741, p. 173)

As condições de vida do enfermo como os “desregramentos alimentares ou sexuais” (WISSENBAACH, 2002, p. 132), e desequilíbrio dos humores, assim como as condições de trabalho e do clima são fatores importantes, segundo os cirurgiões, para a causa dos achaques nas Minas, e que também deviam ser considerados na realização do diagnóstico. Identificada a doença, passava-se ao tratamento, que deveria ser realizado de acordo com as características de cada indivíduo – como aponta Luís Gomes Ferreira para tratamento de pontadas:

[...] brancos que exercitarem o mesmo ofício dos pretos, ou quase o mesmo, como é o serem feitores de lavras ou roças, ou andar em outros ministérios descalços, com má ordem de viver malcomidos, mal enroupados, molhados, suados, etc., que estes tais se curarão de pontadas pelo mesmo método que os pretos, porque é provável que procedam as pontadas das mesmas causas, só com uma diferença: que se atenderá a que os pretos são dotados de naturezas mais robustas, porque, os que são bons, quando chegam a dizer que estão doentes, estão meio mortos, com eu muitas vezes tenho visto [...]. (FERREIRA, 2002, p. 280)

Validar suas experiências era uma ferramenta importante para esses cirurgiões, pois é a partir delas que eles comprovavam a eficácia de seus experimentos – que atrelavam o conhecimento erudito com o experimental – e, assim, diferenciavam-se dos curandeirismos presentes na colônia. Em linhas gerais, esses cirurgiões ao se valerem do conhecimento empírico e apreendido das ervas locais, atrelado ao conhecimento do cotidiano dos mineiros, e as condições naturais da região mineradora, puderam dar “prosseguimento ao que poderia ser chamado de *Medicina Tropical*, pois preocupavam-se em conhecer a especificidade das doenças e dos tratamentos locais” (FURTADO, 2005, p. 94). Dessa maneira, os manuais escritos por Luís Gomes Ferreira, João Cardoso de Miranda e Jose Antônio Mendes, tornam-se fontes importantes para enten-

dermos as práticas médicas colônias, bem como o dia-a-dia dos moradores das regiões aurífera e diamantífera – como se alimentavam, como se vestiam e se relacionavam –, além de serem um grande repositório de referências dos usos e das virtudes terapêuticas das plantas curativas nativas do Brasil.

A procura em nossos dias “por médicos homeopatas, médicos acupunturistas, massagens de shiatsu, florais, chás e tinturas de plantas medicinais” (FIGUEIREDO, 2008, p. 17), vem impulsionando o desenvolvimento de diversas pesquisas que visam o desenvolvimento de fito medicamentos e fitoterápicos a partir da biodiversidade brasileira, como o Sistema RedesFito⁸ – Inovação em Medicamentos da Biodiversidade, que é constituído por profissionais da área acadêmica, tecnológica, empresarial, governamental, agrícola e terceiro setor, tendo como principal objetivo o conhecimento das plantas, da biodiversidade e da socio biodiversidade, observando a relação homem com a natureza. A plataforma da Rede apresenta diversos trabalhos sobre uso das plantas medicinais atualmente e ao longo da história, resgatando o uso dos vegetais em obras como os manuais aqui apresentados demonstrando a possibilidade de um diálogo interdisciplinar entre as ciências humanas e biológicas. Acreditamos que as obras de: tratados médicos cirúrgicos, tratados de matéria médica, memórias e entre outras, elaborados sob a pena de cirurgiões, médicos e naturalistas, apresentam-se como uma rica fonte de pesquisa não só para história, mas também para ciências médicas e farmacêuticas, visto que, esses trazem em suas páginas informações detalhadas das espécimes nativas, e em alguns casos indicam onde encontrá-las, como cultivá-las, além, é claro, de suas propriedades terapêuticas, fornecendo assim informações que podem ser utilizados no estudo e desenvolvimento de medicamentos fitoterápicos

Referências

ABREU, Jean Luiz Neves. *Nos domínios do corpo: o saber médico luso-brasileiro no século XVIII*. Scielo – Editora FIOCRUZ, 2011.

_____. Tratados e construção do saber médico: alguns aspectos dos paratextos nos impressos de medicina luso-brasileiros – século XVIII. *Revista Territórios e Fronteiras*, v. 6, n. 2, 2013, p. 21-34.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8 v.

BLUTEAU, Raphael. *Dicionario da Lingua portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, e reformado, e acrescentado por Antonio Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro*. Tomo segundo.

8. Para conhecer os trabalhos desenvolvidos pela RedesFito acessar: <https://redesfito.far.fiocruz.br/index.php>. Além do RedesFito, indicamos o projeto ArticulaFito – Cadeias de Valor em Plantas Medicinais, iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e conjunto com o Ministerio da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que desenvolve trabalho com povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, com o objetivo de criar geração de empregos e renda, impulsionado a competitividade para mercados diferenciados, pautados no conhecimento e saberes tradicionais, na conservação e no uso sustentável da biodiversidade brasileira. Para mais informações sobre o projeto e suas ações acessar: <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-e-mapa-identificam-cadeias-de-valor-em-plantas-medicinais>

L-Z. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triagas*. As drogas no mundo moderno. São Paulo: Xamã VM Editora e Gráfica, 1994.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleao. *Diccionario de medicina popular e das sciencias accessorios para uso das familias, contendo a descripção das Causas, symptomas e tratamento das moléstias; as receitas para cada molestia; As plantas medicinaes e as alimenticias; As aguas mineraes do Brazil, de Portugal e de outros paizes; e muitos conhecimentos uteis*. 6. ed. Paris: A Roger & F Chernoviz, 1890. 2 v.

DATAPLAMT. *Banco de Dados e amostras de plantas aromáticas. Medicinais e tóxicas/UFMG*. Disponível em: <http://www.dataplamt.org.br/v3novaversaoblock/#/planta/?idPlanta=1022>. Acesso em: 14 de janeiro de 2021.

EDLER, Flávio Coelho. *Boticas & farmacias. Uma história ilustrada da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2006.

_____. Plantas nativas do Brasil nas farmacopeias português e europeias séculos XVII -XVIII. In: KURY, Lorelai (org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX*. Rio de Janeiro: A. J. Estúdio, 2013, p. 94-137.

FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002, 2v.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Brasília: CAPES; Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

FILGUEIRAS, C. A. L. José Antonio Mendes e o Governo de Mineiros. In: MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito dez, e mais legoas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortais*. Org. Carlos A. L. Figueiras. Belo Horizonte: Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2012, p. 15-54.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Arte e segredo: o Licenciado Luís Gomes Ferreira e seu caleidoscópio de imagens.” In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002, 1v., pp. 3-30.

FURTADO, Júnia Ferreira. “Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, n. 41, 2005, pp. 88-105.

GROSSI, Ramon Fernandes. Dos Físicos aos Barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas Setecentistas. *História & Perspectivas*, Uberlândia: Jul. / Dez. 2003, Jan. / Jun. 2004, pp. 255-282.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.

_____. *História Geral da Civilização Brasileira: A Época colonial – Administração, economia e sociedade*. T. I, v. 2, 10ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

LEITE, B. M. B.. *Mezinhas antigas e modernas: A invenção da Triaga Brasília pelos jesuítas do Colégio da Bahia no período colonial*. In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Anais do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2012.

_____. *Verdes que em vosso tempo se mostrou. Das boticas jesuíticas da Província do Brasil, séculos XVII-XVIII*. In: KURY, Lorelai (Org.). *Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI - XIX*. Ed. Rio de Janeiro: A. J. Estúdio, 2013, p. 52-93.

Livro dos Regimentos dos officiaes mecânicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa. Caderno do Arquivo Municipal. Lisboa: Câmara Municipal, 2ª série, nº 11, janeiro – junho de 2019, pp. 145-148. Disponível em: <http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt/pt/investigacao/cadernos-do-arquivo-municipal/2-serie/numero-11/>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2021.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões. Medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MENDES, José Antonio. *Governo de mineiros mui necessario para os que vivem distantes de professores seis, oito dez, e mais legoas, padecendo por esta causa os seus domésticos e escravos queixas, que pela dilação dos remédios se fazem incuráveis, e a mais das vezes mortais*. Organização e estudo crítico e notas, Carlos A. L. Figueiras. Belo Horizonte: Secretária de Estado de Cultura de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, 2012.

MIRANDA, João Cardoso. *Relação cirurgica, e medica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica; ou mal de Loanda, e todos os seus productos, fazendo para isto manifestos dous especificos, e mui particulares remedios*. Lisboa: Officina de Manoel Soares, 1741.

MOSSÉ, Claude. “As lições de Hipócrates.” In: LE GOFF, Jacques. *As doenças tem história*. Lisboa: Editora Terramar, 1995.

NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre cirurgiões, tambores e ervas: calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII)*. Editora Garamond, 2018.

_____. “Saberes terapêuticos nas Minas coloniais: diálogos entre a medicina oficial e as curas não licenciadas (séc. XVIII).” *História Unisinos*, vol. 18, nº1, janeiro/abril de 2014, p. 15-26.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência nos trópicos. A arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. “Nem nobre, nem mecânico: A trajetória social de um cirurgião na América portuguesa do século XVIII”. *Almanack brasiliense*, v. 2, 2005, p. 64-75.

SANTOS, Georgina Silva dos. A arte de sangrar na Lisboa do Antigo Regime. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul. 2005, pp. 43-60.

SOUZA, Laura de Mello e. *O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

TEIXEIRA, Alessandra dos Santos. *A farmacopéia jesuítica na América Portuguesa entre os séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2011.

VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Petrópolis: Editora Vozes, vol. 1, 1977.

VIOTTI, A. C. C. “As medicinas das Minas Gerais a partir de três manuais Setecentistas”. *Khronos*, Revista de História da Ciência, nº 9, pp. 183-203. 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/khronos/article/view/168976>. Acesso em: 10 de março de 2021.

_____. *As Práticas e os Saberes Médicos no Brasil Colonial (1677-1808)*. São Paulo: Alameda, 2017.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Gomes Ferreira e os símplices da terra experiências sociais dos cirurgiões no Brasil-Colônia.” In: FERREIRA, Luís Gomes. *Erário Mineral*. Organização de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/ Centro de Estudos Históricos e Culturais, 2002, 1v., pp. 107-150.

Artigo submetido em 28/04/2021

Aceito em 15/06/2021